Revista Diversidade e Educação

MOVIMENTO DE HOMENS; HOMENS EM MOVIMENTO: DISSONÂNCIAS NO DEBATE SOBRE AS MASCULINIDADES

MOVEMENT OF MEN; MEN IN MOTION: DISSONANCE IN THE DEBATE OVER MASCULINITIES

MOVIMIENTO DE HOMBRES; HOMBRES EN MOVIMIENTO: DISONANCIAS EN EL DEBATE SOBRE LAS MASCULINIDADES.

Helen Barbosa dos Santos [1]
Priscila Pavan Detoni [2]
Flávia Luciana Magalhães Novais[3]

RESUMO
O estudo problematiza questões relativas aos homens e à equidade de gênero como parte das discussões no campo dos debates feministas. Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar movimentos de homens, em especial as postagens do evento "Homens Libertem-se", a fim de situar brevemente dissonâncias nos distintos posicionamentos sobre homens e relações de gênero. Inspirado em estudos feministas sobre masculinidades numa perspectiva pós-estruturalista e *queer*, buscamos perceber efeitos discursivos, a partir da perspectiva foucaultiana, na produção subjetiva das masculinidades através de movimentos de homens. Os aportes teóricos que utilizados contam com autores cujos estudos versam sobre masculinidades, como Raewyn Connell, e apontam a retomada conceitual e histórica acerca desse conceito, bem como as distintas iniciativas que pautam as masculinidades como parte de reinvindicações no campo das relações de gênero. Portanto, suscita-nos visualizar campos de possibilidades que incluam os homens como parte da discussão voltada a ações pró-feministas com vistas à equidade de gênero e a coalisões entre movimentos.

[1] Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil.
[2] Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Docente na Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado-RS, Brasil.
[3] Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

(cc) BY-NC-SA

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades; Feminismos; Equidade de Gênero.

RESUMEN
El estudio problematiza sobre hombres y equidad de género como parte de las discusiones en el campo de los debates feministas. El objetivo del artículo es analizar como punto de análisis, citamos algunos movimientos de hombres, en especial algunos discursos sobra invitación del evento "Hombres Liberen", a fin de situar brevemente disonancias en los distintos posicionamientos sobre hombres y equidad de género. Inspirado en estudios feministas sobre masculinidades en una perspectiva postestructuralista y queer, buscamos percibir efectos discursivos, a partir de la teoría foucaultiana, en la producción subjetiva de las masculinidades a través de movimientos de hombres. Principalmente ancladas en autor @ s en estudios sobre masculinidades, como Raewyn Connell, que apuntan a la reanudación conceptual e histórica acerca de las masculinidades, así como las distintas iniciativas que pautan las masculinidades como parte de reinvindicaciones en el campo de las relaciones de género. Por lo tanto, nos suscita ver campos de posibilidades que incluyan a los hombres como parte de la discusión para acciones pro-feministas para la equidad de género y coaliciones entre movimientos.
PALABRAS-CLAVE: Masculinidades; feminismos; Equidad de Género.

ABSTRACT
The study problematizes about men and gender equity as part of the discussions in the field of feminist debates. The aim of this article is to analyze men's movements, especially some speeches about the invitation of the event "Men Free", in order to briefly place dissonances in the different positions on men and gender equity. Inspired by feminist studies on masculinities in a poststructuralist and queer perspective, we seek to perceive discursive effects, based on Foucault's theory, on the subjective production of masculinities through the movements of men. Mainly anchored in authors in studies on masculinities, such as Raewyn Connell, which point to the conceptual and historical revival of the concept, as well as the distinct initiatives that guide masculinities as part of claims in the field of gender relations. Therefore, it raises us to visualize fields of possibilities that include men as part of the discussion for pro-feminist actions of gender equality and coalitions between movements.
KEYWORDS: Masculinities; Feminisms; Gender Equity.

Introdução

O presente artigo busca analisar movimentos de homens, em especial alguns discursos sobre o convite do evento “Homens Libertem-se”, a fim de situar brevemente algumas dissonâncias nos distintos posicionamentos sobre homens e equidade de gênero. Inspirado em estudos feministas acerca das diversas masculinidades numa perspectiva pós-estruturalista e *queer*, buscamos perceber efeitos discursivos, a partir da perspectiva foucaultiana, na produção subjetiva dessas masculinidades por meio de movimentos de homens, tendo como ponto de análise alguns movimentos relativos à discussão sobre elas. A esse respeito, ressaltamos que o reconhecimento da pluralidade das masculinidades foi

(cc) BY-NC-SA

particularmente relevante para o desenvolvimento de formas de conhecimento aplicado neste estudo, uma vez que serviu como forma de questionar o conceito hegemônico de masculinidade.

Considerando os diversos usos que se pode fazer do conceito mais amplo de masculinidade, é possível também fomentar a suposta naturalização da distinção entre sexo e gênero, amalgamada a um pot-pourri identitário que compreende enlaces teóricos como masculinidades hegemônicas versus sulbalternas (proposto por Raewyn Connell, 2013). Ressalta-se que alguns autores de referência neste campo de estudos, como Raewyn e Miguel Vale de Almeida, possuem uma abordagem construcionista no interior da perspectiva de gênero, mas tanto as teorias essencialistas como as construcionistas nos levam a uma dicotomia de sexo e de gênero.

Ilustramos, em paralelo, o debate público fomentado pelo convite do evento realizado pelo movimento: *"Homem pode broxar, homem pode chorar, homem pode vestir saia", "Homens libertem-se: evento problematizador das masculinidades".* O evento *"Homens, libertem-se!"*, ocorreu no dia 19 de novembro de 2015, na Praça da Sé e no Museu de Arte do Rio de Janeiro, no Brasil, e contou com a presença de diversos pesquisadores, de gestores do Ministério da Saúde, de artistas e de figuras públicas em geral.

Tal projeto emergiu de uma iniciativa promovida desde 2013 a fim de mobilizar estratégias que estimulassem os homens, independente da sexualidade, a entenderem os estereótipos impostos por uma sociedade sustentada por um sistema patriarcal (REDAÇÃO HYPNESS, 2015, texto digital). Esse evento teve como foco estimular os homens a romperem os estereótipos de gênero em que vivem aprisionados, já que, segundo afirmam os organizadores, o movimento: *"Homens, libertem-se*!", "*tem como maior objetivo incluir os homens heterossexuais a fim de rever seu conceito de masculinidade e identidade, como os homossexuais e as mulheres já fazem há décadas".* (GLOBO, 2014, texto digital)[4].

Inspirado em estudos feministas acerca de masculinidades numa perspectiva pós-estruturalista e *queer*[5], buscamos perceber alguns efeitos discursivos provocados pelas

[4] Os diálogos encontrados na *timeline* do convite "Homens Libertem-se" foram suprimidos desse estudo, a fim de preservar a identidade dos participantes das discussões.

[5] Através do entendimento de gênero pela analítica *queer*, Judith Butler (2003) revela que gênero denomina os sujeitos dentro das performances, dos corpos que estão em ato e que são nomeados de acordo com tais, sendo esses atos o que os possibilita existirem dentro do masculino ou do feminino segundo o modelo da heteronormatividade. Isso não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade, que evidência seu objetivo: formar a todos para

(cc) BY-NC-SA

postagens do convite que antecedeu o evento na *timeline* do próprio *"Homens, libertem-se*!", via Facebook, por reconhecermos a possibilidade empírica que nos lança em direção às tensões provocadas por iniciativas que posicionam o ser homem enquanto uma problemática social. Disparadores de reflexões preliminares, contudo atuais, centenas de tópicos de assuntos envolvendo homens e mulheres acerca do evento demonstraram a dissonância entre distintos modos de pensar o feminismo e as masculinidades descritos pela maioria d@s[6] internautas como campos completamente divergentes, o que suscitou que o evento fosse reconhecido como contrário às propostas dos movimentos feministas.

@s organizador@s do evento foram criticadas no espaço de divulgação midiática, que justificava a iniciativa como direcionada à equidade de gênero ao suscitar a reflexão das amarras do "tornar-se homem", que oprimem e causam opressão. Mesmo levando em conta o caráter problematizador do evento, muitas internautas, a maior parte autodeclaradas como feministas, denunciavam o caráter vitimizador da iniciativa, o que inviabilizaria e despontecializaria ainda mais a luta contra a violência e a opressão dirigida às mulheres, de modo que, para elas, os homens deveriam ser responsabilizados pela opressão sofrida pelas mulheres. Enquanto isso, no que se refere aos internautas da discussão autodeclarados como homens, não havia consenso geral sobre a representatividade e a necessidade atribuída a um espaço que colocasse como pauta o ser/tornar-se masculino.

Tendo detalhado essas controvérsias, partiremos desses tópicos com vistas a problematizar o seguinte: que campos de possibilidades emergem ao situarmos as masculinidades enquanto parte de uma questão referente às opressões operadas pelas políticas de gênero em nossa sociedade? Para responder a este questionamento precisamos partir do entendimento de gênero como uma categoria histórica e constitutiva dos sujeitos na sua (re)produção nas relações, e não como algo estanque e fixo, isto é, como relação entre homens e mulheres (e dentre homens e dentre mulheres). Nessa perspectiva, gênero, não se resume nem às feminilidades, nem às mulheres, nem às masculinidades, nem aos homens, mas sim a toda e qualquer uma de suas inter-relações (RUBIN, 1985).

Assim como não há um feminismo, mas sim vários deles, que funcionam como ferramentas políticas e históricas (OLIVEIRA, 2010), o entendimento sobre as masculinidades também suscita interpretações, apropriações e usos que podem ser feitos de

serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" (MISKOLCI, 2009), o qual acaba sendo transgredido.

[6] O @ será utilizado para designar tanto o feminino, quanto o masculino e posições não-binárias de gênero.

(cc) BY-NC-SA

maneiras inesperadas e contraditórias. As problematizações de que se têm conhecimento pelas discussões midiáticas colocam em tensionamento dois aspectos centrais mal definidos, tanto em termos de debate público como em alguns estudos acadêmicos: os discursos acerca do que se entende por feminismo(s) e a(s) masculinidade(s) ancorada(s) numa representação fixa, como se um deles abordasse as questões das mulheres e outro as dos homens.

Desse modo entender-se-ia o feminismo como objeto de luta das mulheres cisgêneras[7] contra os homens e o conceito de masculinidades atrelado exclusivamente aos homens e aos seus corpos cisgêneros. Tal posicionamento nos leva em direção a uma problemática indissociável do anterior: os mecanismos de vitimização e de culpabilização envolvidos nos debates públicos no campo de gênero, entre os polos femininos e masculinos construídos pelo binarismo.

Mas afinal, quem seria o sujeito do feminismo? - nos pergunta Judith Butler (2003). Conforme Connell (1995, p. 193), as maneiras de pautar a masculinidade como problemática social envolvem uma relação com o feminismo, *"quer essa seja uma relação de rejeição, ou de coexistência cautelosa ou ainda de apoio caloroso, esse é o centro emocional dos debates atuais".* Assim, partindo das reflexões supracitadas, vamosdestacar as dissonâncias contidas nos modos de pensar as masculinidades através da análise de um conjunto de postagens em redes sociovirtuais ao longo deste artigo.

Objetivou-se, com essa análise, problematizar os efeitos dos movimentos de homens – no caso do *"Homens, libertem-se*!" –, a partir das categorias analíticas "gênero" e "masculinidades", na perspectiva discursiva foucaultiana. Além disso, a análise buscou apreender o conteúdo geral e identificar a abordagem conceitual utilizada pel@s internautas em suas postagens, reconhecendo as ideias centrais e as perspectivas teóricas mais recorrentes, sem identificar @s participantes (MINAYO, 2008).

1. Homens e masculinidades: entre termos e conceitos

O fim da obrigatoriedade do serviço Militar, do direito ao exercício da paternidade, da livre expressão por escolhas profissionais, de estéticas fora dos padrões machistas e da

[7]Cisgêneros (abreviado como cis) são pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e se identificam com ele. Todas as pessoas reiteram o próprio gênero a partir de um regramento social que lhes é imposto ou sugerido. A única diferença é que pessoas cis têm o privilégio de não perceberem que o fazem, pois gozam das benesses da naturalização do padrão binário de corpo genereficado. Aproveitamos a ocasião para ressaltarmos que homens e mulheres internautas, sujeitos da discussão empreendida, não se identificaram para além de seu caráter cisgênero.

(cc) BY-NC-SA

igualdade de gênero foram alguns dos aspectos salientados no manifesto proposto pelo evento *"Homens libertem-se"*. Em sua campanha de divulgação, ele contou com diversos cartazes que tinham como pano de fundo fotos de homens e, em cada um desses cartazes, havia um questionamento: *"Homens podem chorar?"; "Porque 80% das vítimas de suicídios são homens?"; "Homens tem que ser fortes?" "Rosa não é para homens?"; "Homem não sofre violência doméstica?"*. Em resumo, a súmula de atividades propostas no encontro e os temas a serem debatidos por pesquisadores, artistas nacionais (como atores e cantores) e gestores de políticas nacionais de saúde foram: os mitos das masculinidades, da paternidade, da espiritualidade, da saúde do homem e dos homens na mídia, além da oferta de uma oficina de grafite e de uma apresentação de dança.

Mas afinal, quem são esses homens com quem deseja se comunicar o convite do evento? Pelo que se pode perceber, o público-alvo são todos que estejam dispostos a debater sobre posições binárias entre homem e mulher, vítima e réu, privilégio e marginalidade, masculinidades e humanidade – assuntos que foram engendrados pelos debates polêmicos e muitas vezes tensos na *timeline* do evento *"Homens, libertem-se!"*.

As postagens na página da rede social responsável pela divulgação do evento contavam com comentários diversos, em que muitos questionavam a escolha do tema "masculinidades" como foco da mobilização. Houve um momento em que um participante chegou a afirmar que não havia um exemplo sequer de masculinidade positiva, o que despertou um longo debate sobre a inteligibilidade do conceito "masculinidades" concernente à proposta do evento. Aliás, homens e masculinidades estavam sendo posicionados como sinônimos, então, porque simplesmente não falar de homens dentro dos estudos de gênero?, era o que muit@s internautas perguntavam.

Adensar o posicionamento ético e epistemológico sobre as masculinidades enquanto conceito torna-se necessário, à medida que diferentes perspectivas produzem efeitos nos debates do campo dos estudos de gênero. Enquanto uma seara ainda muita controversa, há distintas posições teóricas no que tange à inserção das masculinidades como problemática social.

No caso dos estudos sobre homens e masculinidades, as teorias feministas têm tido uma importância muito grande para o seu surgimento e desenvolvimento. Nesse sentido, a crítica feminista da segunda metade do século XX foi a principal delatora da concepção essencialista de sexualidade, passando à compreensão de que os sexos (nominados biologicamente) não definem os comportamentos sociais, mas sim os gêneros, que eram construídos e delimitados socialmente. A ideia de uma hierarquia das masculinidades

(cc) BY-NC-SA

emergiu a partir da experiência de homens homossexuais com o preconceito e a violência cometida pelos homens heterossexuais. (BOTTON, 2007; VIGOYA, 2007; MEDRADO; LYRA, 2008, 2009; SEFFNER, 2011; CONNEL; MESSERCHMIDT; FERNANDES, 2013).

No Brasil, seguindo a perspectiva de autores internacionais, os estudos sobre masculinidades emergem com força apenas a partir dos anos 1990. Posteriormente, entram em cena estudos e pesquisas que vão situar as masculinidades como múltiplas. Já nos últimos quinze anos, pelo menos, firma-se uma postura teórica na esteira das pesquisas feministas e da analítica *queer* que estão em estreita conexão com o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT). (SEFFNER, 2011).

Os discursos, assim, formam os objetos de que falam, isto é, discursos são práticas, na medida em que constituem sujeitos. Sujeições de si a um si mesmo que nos provê as condições de possibilidades acerca do agir, do falar, do pensar, do sentir e do viver (homem, mulher, trans, cis, branco, negro, asiático etc.) (MEDEIROS, 2008). Portanto, a trama discursiva que nos envolve não é subjetiva, porém nos subjetiva ao objetivar-nos como identidades possíveis consideradas legítimas e verdadeiras. Assim, temos uma trama heterogênea de discursos ao longo da rede de enunciados que produzem os sujeitos (FOUCAULT, 1988), que se construiu no binarismo e no patriarcado, e agora se depara com o combate entre inteligibilidades que colocam o “homem como o todo universal”, bem como da valorização de performances "autenticamente masculinas".

Esses distintos entendimentos fazem com que seja fundamental ter uma definição de masculinidades que não equacione o gênero simplesmente como uma ou outra categoria de pessoas. Se as "masculinidades" significassem simplesmente as características dos homens, não poderíamos falar da feminilidade nos homens ou da masculinidade nas mulheres (exceto como desvio) e deixaríamos de compreender a dinâmica pertencente ao gênero. (CONNELL, 1995).

Além das masculinidades variarem conforme os contextos social e histórico, elas também são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades também baseadas nos marcadores sociais como expressões do gênero e da sexualidade, da raça, da etnicidade, da geração). Assim, dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia (KIMMEL, 1998).

(cc) BY-NC-SA

A interseccionalidade torna-se, então, uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes marcadores sociais têm impacto na forma como se ascende aos direitos e às oportunidades. Entende-se interseccionalidade neste artigo, partindo do conceito cunhado e difundido por feministas negras nos anos 1980, com o intuito de dar significado à luta e à experiência de mulheres negras, cujas especificidades não encontravam espaço de discussão quer no debate feminista quer no debate anti-racista. (CRENSHAW, 1989; RODRIGUES, 2013).

bell hooks (1984) também explicita que muitas mulheres pobres e negras se sentem identificadas com o feminismo, mas não se aproximam por perceberem aquilo que, às vezes, é demandando: uma relação de forte oposição para com os homens que não lhes é possível, dada as relações de codependência que há entre elas e eles. *We Real Cool: Black Men and Masculinity*, de bell hooks, lançado em 2004, é seu primeiro livro sobre homens negros e masculinidade, embora a autora já tivesse abordado o tema em artigos anteriores (CLÍMACO, 2009).

É nesses pontos de intersecção que percebemos as diferentes experiências de opressão e de privilégio. Todavia, não devemos olhar a combinação dos diferentes marcadores sociais da diferença como uma mera soma, mas sim perceber que a combinação deles é que produz experiências singulares que não podem ser ordenadas em escalas e/ou hierarquias (BRAH, 2006). Hirata (2014) retoma a crítica das interseccionalidades, que geralmente fazem a análise de gênero e de raça, deixando de lado a classe social, o que é complexo. Por isso ela sugere a utilizar o termo cosubstancialidade para se referir às relações sociais a fim de entender as categorias imbricadas nesse âmbito, em especial o classismo, que separa e classifica as classes sociais.

Uma mera comparação entre sistemas de opressão é contraproducente, pois se corre o risco de hierarquizar formas de opressão que são completamente imbricadas umas às outras. Desse modo, podemos perceber por que razão (ou razões) algumas masculinidades são marginalizadas e discriminadas, enquanto outras se beneficiam de posições de privilégio. A interseccionalidade visa incluir, por exemplo, questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos, bem como questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Também, homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero (BRANCO, 2008), afinal a raça e o gênero se constituem nas diversas relações por que o sujeito constitui-se.

Assim, os mecanismos que conferem privilégios tornam-se invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos. *"Os homens brancos de classe média quando se olham no*

(cc) BY-NC-SA

espelho se vêem como um ser humano universalmente generalizável. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências" (OLIVEIRA, 1998, p. 01). Não é o que ocorre com os negros, pobres, mulheres, gays, pessoas trans e todos os que de uma forma ou de outra veem-se como "diferentes", por exemplo. Do mesmo modo, ficam invisibilizados os processos de constituição dessas masculinidades hegemônicas e as violências envolvidas em sua modulação de si.

Por esse motivo, determinados discursos que tomam as masculinidades como foco podem fomentar o jugo moral que vitimizam-culpabilizam e esquadrinham o corpo social masculino, dirigido principalmente aos homens negros pobres e jovens que sofrem processos de criminalização, ao invés de propor aberturas conceituais que potencializem a inclusão do campo das masculinidades nos estudos e debates de gênero feministas.

Para entendermos as masculinidades, precisamos constantemente ir para além delas. Se o objetivo do evento era refletir sobre o quanto os homens, *"indiscriminadamente são prejudicados no fardo de ter que se tornar um homem"* (CATRACA LIVRE, 2015, texto digital), há uma falha de interpelação sobre quem é o sujeito do sofrimento, destituído de qualquer reflexão sobre os marcadores sociais da diferença que produzem desigualdades sociais tanto entre os homens, quanto entre os homens e as mulheres. A iniciativa dos movimentos feministas, com outros segmentos organizados por homens a respeito de reivindicações poderiam dizer respeito às lutas por contingências, ou seja, reivindicações identitárias em comum: como a diminuição da violência doméstica e urbana, discriminação por racismo e transfobia, direitos trabalhistas e exercício da paternidade. Sobretudo, demandas por equidade de gênero reconhecidas em seus marcadores sociais de diferença num contexto social brasileiro em que o racismo, a homofobia e a transfobia atingem certas feminilidades e masculinidades.

Isso porque tanto o sexo quanto o gênero são efeitos de instituições, de discursos e de práticas (SALIH, 2012). Dessa forma, Judith Butler (2003; 2004) assume a concepção de que o sujeito não é pré-existente aos atos performativos, através dos quais as identidades são construídas e reconstruídas, pois a performatividade do gênero pode ou não ter "sucesso" dentro da lógica heteronormativa e sexista. Dessa forma, o que compreendemos como corpos masculinos ou femininos são, na realidade, materializações resultantes de reiterações entre o que se concebe como norma e sexo.

Assim, a produção de discursos sobre masculinidades no enlace moral entre vitimização e culpabilização produzem-se nos discursos sobre o convite do evento *"Homens*

(cc) BY-NC-SA

Libertem-se", com efeitos que reproduzem uma leitura reducionista de um homem desprovido de qualquer interseccionalidade, o que lhe posiciona entre distintos privilégios e desigualdades sociais. Ressalta-se que o jugo moral que sustenta esse campo de análise é percebido na própria história da ciência como algo que parte de um homem universal e de uma masculinidade hegemônica.

Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008); Fabrício Fialho (2006); Figueroa Perea (2013); Marlise Matos (2000) e a própria Connel (2013), ao revisar 20 anos do uso de masculinidades hegemônicas em pesquisas, ressaltam o risco implícito ao empregar a expressão "masculinidade hegemônica", pois sua leitura pode materializar um jogo ou processo de poder, produzindo leituras binárias, sem reconhecer a dimensão relacional de gênero e outras interseccionalidades inseridas em diversas espacialidades.

Portanto, o conceito proposto por Connell , define masculinidade como sendo uma configuração de prática (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, geralmente com mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Dentre as diversas masculinidades, existiria uma que se apresentaria como sua forma "hegemônica", aquela que corresponderia a um ideal cultural de masculinidade. A forma mais honrada de ser um homem exigiria que todos os outros homens se posicionassem em relação a ela, legitimando ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (FABRÍCIO FIALHO, 2006). "Além desta forma de masculinidade, existiriam outras que manteriam relações de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação à hegemônica" (CONNELL, 1995, p. 188).

Connell também importa o termo gramsciniano "hegemonia", de como tal conceito aparece na obra de Gramsci, ao que cabe destacar dois aspectos que nos parecem centrais em sua abordagem: (1) a persuasão e a criação de consenso em grande parte de uma população, de forma a "naturalizar" a sua organização; e (2) a luta pela posição hegemônica, de poder, que permite definir uma situação (e a criação de um consenso), sendo que uma vez alcançada tal posição, haveria a manutenção de uma constante tensão com outros grupos para sua manutenção (FABRÍCIO FIALHO, 2006). Matos (2000) acrescenta que, para a análise relacional dos gêneros (sempre no plural), ainda que o conceito gramsciano possa ser sofisticado e atender a necessidades teóricas específicas dentro do tema da masculinidade, ele vem impregnado da leitura marxista; visão da dinâmica de uma sociedade estritamente baseada em classes.

Assim, não nos parece que a "importação" para o estudo das relações de gênero provoque avanços teóricos, podendo, inclusive, atuar de forma contrária, seja ao tratarmos

(cc) BY-NC-SA

das relações entre homens e mulheres, seja das relações entre os homens. Se é fato que ainda existe uma forma hegemônica de masculinidade, trata-se de refletirmos a respeito da seguinte questão: formas distintas de masculinidade, ao se contraporem à predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica ou, será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experenciar a masculinidade? - questionam Fialho (2006) e Figueiroa-Perea (2013). Parece-nos, então, que o modelo de Connell pode ser reduzido a um modelo binário, em que teríamos as masculinidades hegemônicas e as não-hegemônicas (subalternas).

Além de diversos autores colocarem em suspensão conceitos como masculinidade hegemônica, também o fazem com o sistema de patriarcado e a dominação masculina, difundidos como termos, justamente quando realizado de maneira reducionista e essencializada. Kimmel (1994) chama a atenção para este ponto quando afirma que determinadas teorias feministas já foram elaboradas para explicar que a masculinidade consiste no mecanismo da dominação, do poder, da conquista, mas utilizando "masculinidade", "patriarcalismo" e "dominação" muitas vezes como sinônimos.

Do ponto de vista estrito da *análise relacional* de gênero, a "hegemonia" masculina nas civilizações ocidentais – em termos de dominação e/ou relações patriarcais e patrimoniais – é quase um pressuposto (MATOS, 2000). Ou seja, a problematização do conceito de masculinidade e as suas implicações sócio-históricas foram sistematicamente tangenciadas na medida em que se fixou a ideia da existência de uma única masculinidade hegemônica baseada na dominação e no poder inquestionável do "patriarca". Tal concepção trata-se, então, de uma lacuna historiográfica em que o conceito de masculinidade fora compreendido como uma consolidação ou uma permanência natural (BOTTON, 2007).

A denominação de patriarcado emerge a partir do momento em que a reflexão sobre as opressões às mulheres ganhou relevo no feminismo, o que ocorreu a partir da década de 1960. Essa dominação masculina foi pensada tanto como universal (por ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos) quanto específica (por ter suas particularidades ao longo do tempo e do espaço), isto é, uma organização social que sistematicamente beneficia o homem em detrimento da mulher (SCHOLZ, 2010 apud SENKEVICS, 2015).

Os "*men's studies*", surgidos nos Estados Unidos na década de 1970 romperam com uma interpretação das ciências sociais que não mais estavam presas aos indicadores biológicos, mas ainda defendiam uma teoria limitada a uma fundamentação funcionalista e reprodutora de valores dados como definitivos: a teoria dos papéis sociais. Como exemplo, Oliveira (1998), Giffin (2005), Botton (2007) e Souza (2009), ressaltam que uma das

(cc) BY-NC-SA

tendências desses estudos era colocar os homens como vítimas, de modo que o grande culpado não seria o homem, mas o papel de macho. Conforme De Oliveria (1998), o posicionamento vitimista fomentaria apenas uma flexibilização dos lugares para uma consequente diminuição dos "fardos da masculinidade", sem alteração na dinâmica desigual nas relações de poder genereficadas. Nessa lógica estariam também os estudos da Psicologia que tratam da crise da masculinidade, ocasião em que se ressalta que os homens descritos em crise e que acessam os consultórios *psi* são, na sua maioria, de classe média, brancos e heterossexuais.

Figueroa-Perea (2013) ressalta que, de um lado, as pesquisas apontam o homem viril como culpado pela violência física ou simbólica – consciente ou inconscientemente – para manter seu status de dominante. Do outro lado, as pesquisas apresentam o homem sensível e vitimado pelos degradantes processos e rituais de virilidade impostos. Como vimos, nesse impasse concentrou-se grande parte dos debates – muitos ainda atuais – acerca das masculinidades no plano normativo e não na produção de singularidades (BOTTON, 2007).

Tais oposições, segundo Oliveira (1998), são construídas de acordo com a classe social dos homens por ele estudados. Para o autor, nos baixos estratos, mantêm-se a visão valorativa dos elementos constitutivos do discurso da dominação masculina, diferentemente das crises do “novo homem” presentes nos sujeits das classes médias e altas. Contudo, há o risco de se cristalizarem conteúdos culturais ao associar as características da vítima ou do agressor a um determinado grupo ou sujeito, essencializando-os para além de suas performances.

Torna-se, então, de suma importância refletir sobre como iniciativas que pensam o masculino enquanto uma problemática social nas políticas de gênero podem reiterar hierarquias genereficadas aliadas ao racismo, ao sexismo e ao classismo ao invés de propor ações que incluam a discussão sobre as masculinidades como parte do debate ampliado sobre equidade de gênero.

2. O lugar dos homens nos discursos sobre o campo das relações de gênero

As políticas de gênero no que tange aos homens em países das metrópoles, fora algo pensado pela autora Connell (1995) em seu artigo intitulado “Políticas da masculinidade”, estudo que tem muito a contribuir com nossas reflexões, afinal, as postagens sobre o convite do evento “Homens libertem-se” apresentaram, de acordo com nossa análise, três possibilidades discursivas acerca dos modos de operar as masculinidades enquanto objeto de

(cc) BY-NC-SA

uma problemática social: 1) rejeitar qualquer debate sobre os homens e o feminismo; 2) acreditar que os homens possam se incluir como sujeitos apoiadores e multiplicadores das pautas feministas 3) reivindicar que homens podem chorar, usar rosa, falar sobre sentimentos, ter um comportamento oposto àquele esperado do "macho-alfa".

Esta última tendência é a forma mais comum de política de gênero entre os homens (CONNELL, 1995). Geralmente nomeado como "movimento dos homens", originário de países ingleses a partir dos anos 80, essa tendência ignora as questões sociais e a desigualdade econômica para se focar nos problemas emocionais.

> Trata-se, no fundo, de um movimento de "recuperação" psicológica, dirigido ao desconforto sentido pelos homens heterossexuais e às suas incertezas sobre gênero. A base dessa política é a masculinidade cúmplice que aceita a estrutura mais ampla de relações de gênero, mas não age de forma militante em sua defesa. (CONNEL, 1995. p. 192).

Em geral, esses espaços terapêuticos são direcionados à realidade dos homens brancos, de classe média e, frequentemente, de meia-idade. Um exemplo brasileiro é o grupo holístico terapêutico intitulado Guerreiros do Coração que, desde 1993, vem se ampliando para todo o Brasil, a fim de que os homens possam se conectar com o coração dos outros. O efeito prático dessa, e de outras terapias da masculinidade, é fazer com que os homens se voltem para seus próprios problemas individuais. Além disso, esses grupos de apoio buscam lidar com a possibilidade de produção de desvios dentro das próprias normas de masculinidade hegemônica. No entanto, esses espaços alternativos e, nesse caso, sacralizados da masculinidade, ainda são desprendidos dos problemas sociais mais abrangentes relacionados à desigualdade de gênero. Para Connell (1995), essas iniciativas parecem mais oferecer uma absolvição da culpa que o feminismo ainda suscita entre os homens e um tipo de "esfera separada", na qual os homens podem perseguir seu próprio projeto de (re)descoberta.

Ressalta-se que, no contexto brasileiro, há movimentos de homens em âmbito nacional de base religiosa, envolvendo exclusivamente homens cisgêneros e heterossexuais que mereceriam maior atenção por parte de estudos de gênero feministas sobre masculinidades. Experiências como o Terço dos Homens[8] é um projeto vinculado às igrejas católicas brasileiras que busca a comunhão e união dos homens católicos de distintas classes sociais.

[8] http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2017/02/mais-de-70-mil-participam-de-romaria-do-terco-dos-homens-em-aparecida.html

(cc) BY-NC-SA

Contudo, devemos estar atentos a como políticas de gênero que exaltam o poder dos homens pautam-se numa política sexista. A racionalidade que se produz no pressuposto do homem que sofre, desprovido de qualquer marcador social, reitera a supremacia masculina. Connell (1995) ressalta que, nem sempre essas iniciativas assumem a forma de um "movimento", podendo ser mais uma tendência ou ênfase na cultura, na política e nos negócios e estar comumente exposta em páginas midiáticas.

Outro exemplo é o grupo de grande amplitude dentro do movimento da Igreja Universal, denominado “Gladiadores do Altar”, que ficou nacionalmente conhecidos no início de 2015, quando vídeos do grupo foram difundidos na internet. O que a Igreja Universal define como “projeto”, é dedicado à formação de jovens que, no futuro, vão colaborar como pastores.

Os participantes chamaram atenção por se apresentarem uniformizados, encenando– com palavras de ordem, continência e formação – movimentos característicos da disciplina militar. No ano de 2017, o perfil do Facebook[9], nomeado *“Gladiadores do Altar”*, passou a ser investigado por incitar a violência contra homossexuais e religiões de matriz africana e mulçumana. Certamente, estudos sobre esses e outros movimentos podem contribuir com a leitura de múltiplas e de dissonantes políticas de gênero que envolvem homens e masculinidades.

Contudo, não podemos deixar de citar que uma das reações dos homens ao feminismo dos anos 1960 e 1970 foi o saudosismo de um passado de supremacia masculina e a crise do masculino com a expansão de igualdade de gênero para mulheres, o que incentivou movimentos masculinistas, ou seja, a necessidade de ”defesa” contra qualquer ideia relacionada ao feminismo (MARQUES, 2017). Essa tendência pode assumir outros formatos na nossa atualidade, por isso, a complexidade e o cuidado ético político devem erigir as reflexões nesse campo de estudo.

Entretanto, há movimentos de homens organizado por masculinidades subordinadas na presente ordem ocidental de gênero (CONNELL, 1995). A liberação gay nos anos 1970, por exemplo, criticou tanto os estereótipos convencionais dos gays quanto da masculinidade convencional, vistos como fontes de opressão. No Brasil, entre diversos movimentos LGBT+ que incluem as masculinidades, ressaltamos os movimentos de homens trans, visto que esses homens foram invisibilizados nas pautas de direitos humanos e, apenas atualmente, passaram a ser incluídos em suas especificidades nas políticas públicas.

[9] http://koinonia.org.br/noticias/lembra-deles-gladiadores-do-altar-da-igreja-universal-serao-investigados/5460

(cc) BY-NC-SA

A Resolução nº 1.482 de 1997, autorizou que cirurgias de transgenitalização fossem realizadas em pacientes transexuais no país inteiro, partindo do princípio de que eles eram portadores de um desvio psicológico (ARÁN, PEIXOTO-JÚNIOR, 2007). Contudo, para os homens trans, somente com a Resolução n° 1.955/2010 passa-se a considerar os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero como não mais experimentais. Considera-se que a readequação genital ou corporal não é sempre a parte essencial das necessidades dos homens trans na busca pela expressão de gênero e da sexualidade desejadas. Por isso, o acesso ao tratamento hormonal e ao nome social são algumas das políticas de direito social essenciais. De todo modo, a reinvindicação pelo fim da violência homofóbica e transfóbica são dificultadas, principalmente, por outros homens aliados ao conservadorismo e fundamentalismo brasileiro.

Por outro lado, Connell (1995) também cita iniciativas que emergiram ainda dos anos 1970 em diante, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e no Canadá de homens que, ao buscarem sair das estruturas patriarcais atuais (daí o termo "movimento antisexista dos homens"), tentaram transformar as formas existentes de masculinidades. Segundo Marques (2017), os movimentos de homens pró-feministas se assentam no reconhecimento de que a supremacia masculina não afeta apenas as mulheres, mas também muitas masculinidades subordinadas. Além disso, iniciativas que pautam o masculino nessas diferentes perspectivas, e que reiteram certas políticas de gênero heterocisnormas. merecem ser aprofundadas com maior vigor em sua dissonância e pertinências a fim de entender que campos de possibilidades podem produzir homens que se movimentam em direção às relações de gênero mais igualitárias. Mesmo porque a posição dominante dos homens na ordem do gênero tem ônus (como questões relativas à saúde, ao trabalho, à educação, ao lazer, às violências) e as discussões da masculinidade têm constantemente subestimado a dimensão desse custo.

3. Para além do bom e do mau: considerações sobre masculinidades e a equidade de gênero

Butler (2003) argumenta, em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, que a representação política do feminismo parecia obviamente importante, dado que as mulheres, ou eram mal representadas, ou simplesmente não eram representadas. Dessa forma, a representação parece promover a visibilidade política das mulheres, dando luz ao sujeito político “mulher”. No entanto, a autora questiona o conceito de “mulher”, o

(cc) BY-NC-SA

sujeito exclusivo do feminismo, realizando uma crítica ao modelo binário e empreendendo uma tentativa de "desnaturalizar" o gênero a partir da multiplicidade de mulheres que existem. bell hooks (1994, p. 217) já havia assinalado que "identidades são construídas contra outras identidades", além de defender que, ao invés de pensarmos a união entre mulheres como um projeto político de base identitária, a conexão deve centrar-se no "sentimento de comunidade", construindo tal grupo em bases diferentes – destaque para o plural.

Nesse sentido, para Butler (2001), a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política, mas o estabelecimento político dos próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Nem todas as reivindicações individiduais são construídas em torno de um conceito de identidade e isso se reflete no fato de que, dentro de um movimento social, existem exigências que não podem ser lidas como uma forma de universalizar todo o movimento. Oliveira (2014) é um dos autores que escreve especificamente sobre como o feminismo deve romper cumplicidades com o racismo, o colonialismo, o neoliberalismo, a heteronormatividade, a transfobia etc. Para isso, segundo o autor, são necessárias teorias feministas que repensem o político como um todo e não apenas que se destinem às mulheres cisgêneras ou à população LGBT+.

Pensar sobre as masculinidades no interior dos estudos feministas, a partir desses movimentos em rede, possibilita repensar o próprio feminismo em suas reinvindicações pela equidade de gênero. Dessa maneira, políticas de aliança entre mulheres e tod@s as pessoas subordinadas em um mundo privilegiadamente masculino, branco, heteronormativo, cisgênero e ocidental podem ser potentes em suas lutas por contingências, ou seja, mais por objetivos comuns do que por representações identitárias.

Por outro lado, os próprios privilégios de homens cis, heteros, brancos, experimentados como universais, tende a invisibilizar os grupos dos quais fazem parte e os privilégios que usufruem, dificultando em muito o campo de tensionamentos necessários para deslocar privilégios deles colocados como modelos da própria individualidade até o presente momento. Para problematizar tal noção (do indivíduo, do universal, da "igualdade"), via visibilização dos privilégios de determinadas masculinidades hegemônicas e seu próprio campo de produção é necessário conceber a ideia de que basta inserir os homens no interior das pautas feministas pode produzir efeitos seriamente enganadores.

Comumente, pressupõe-se que uma política progressista da masculinidade deve adotar a forma de um movimento social, assim como há o movimento das mulheres feministas. No entanto, Connell (2013), afirma que, buscar a unidade dos "homens"

(cc) BY-NC-SA

enquanto deslocados do feminismo, enquanto um posicionamento ético-político que busca a equidade de gênero, só pode significar enfatizar experiências e interesses que os homens têm e que os separam das mulheres ao invés de enfrentar questões que, inevitavelmente, dividem os homens em vez de uni-los, tais como: homofobia, racismo, transfobia, ação afirmativa para as mulheres, assédio e violência sexual.

As masculinidades como uma construção imersa em relações de poder são frequentemente invisíveis aos homens cuja ordem de gênero é privilegiada. Essa questão da invisibilidade é ela mesma uma questão política, uma vez que os processos que conferem a hegemonia para um grupo e não a outro são frequentemente despercebidas por aqueles que são, desse modo, privilegiados. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013)

Odriozola (2015) não discorda do fato de que os homens foram treinados, educados e condicionados pelo sistema para responder a um estereótipo particular. Porém, através de um trabalho de sensibilização para a igualdade de gênero que coordena há mais de 30 anos, percebe que a ideia principal a ser mobilizada não seria a dos homens como vítimas de um sistema: "*eu não gostaria que os movimentos de homens se aproximassem do ponto de vista da vítima, se não for da responsabilidade de ter consciência (...) e de ir lá levantar mudanças a favor da igualdade de gênero e não apenas fazer pedidos de ajuda"* (ODRIOZOLA, 2015, p.1.).

O que está envolvido nesses casos não é um movimento social dos homens, mas algum tipo de política de coalisão. Odriozola (2015, 2012), antropólogo, terapeuta e estudioso das masculinidades, em entrevista sobre livro 'Sexismo, masculinidad y libertad de los hombres: hacia la igualdad', defende que é necessário colocar os homens em movimento em uma luta pela "libertação das pessoas e ai entramos todos de cabeça. A luta por pautas feministas como o fim da violência de gênero, a igualdade de gênero "afeta não apenas as mulheres mas a todos nós".

Cabe dizer, ainda, que as expectativas de masculinidade são reforçadas ao longo da juventude e da vida adulta dos homens, muitas vezes através da reiteração de práticas de violência em que hierarquias de poder dos mais velhos ou reconhecidos socialmente em determinado contexto incidem sobre os mais novos e/ou tidos como mais fracos, menos homens.

Nesse sentido, o esforço de políticas de gênero voltadas às masculinidades parece incidir positivamente, segundo diversas pesquisas na educação de crianças e jovens, nos modos de ser e de se relacionar entre homens e mulheres (cis e trans) compactuando lógicas que buscam a equidade de gênero, como a perspectiva anterior que tínhamos espaço para a

(cc) BY-NC-SA

construção de estratégias de combate à discriminação, especialmente dentro do contexto escolar (QUARTIERO e NARDI, 2012).

Segundo Cerqueira et. al (2018), em estudo do Atlas da Violência, relativo ao ano de 2016, 62.517 pessoas perderam suas vidas devido à violência. O perfil das vítimas, de acordo com o Atlas, continua o mesmo: 71% dos que morrem são negros, pretos ou pardos ou jovens de 15 a 29 anos e com baixa escolaridade, sendo que essa também é a população majoritariamente encontrada nos presídios brasileiros.

No que concerne aos indicadores de morbi-mortalidade associados às causas externas no âmbito da saúde, Deslandes (1999, pág. 90) adverte que há um elevado número dessas mortes registrado como "causa que se ignora se intencionais ou acidentais". A autora ressalta que, ainda que exista uma rotina de identificação, de apuração das causas, de caracterização epidemiológica de casos de violência contra a mulher e a criança, outras formas de violência interpessoal, como a violência urbana, geralmente não são identificadas. Assim, tornam-se relevantes estudos como os desenvolvidos pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), bem como por \ Mello et. al. (2008) – do Hospital José Frota no Ceará – e Dalbem (2012) – do Hospital Cristo Redentor em Porto Alegre - sobre o perfil das vítimas de acidentes e de violências no país, ao apontarem que mais de 80% dos homens que chegam à emergência de saúde tem causas associadas à agressão física, sendo a maior parte por arma branca ou arma de fogo.

Vários pesquisadores também abordaram o papel da formação de identidades em contextos de violência urbana, reconhecidas as dimensões de gênero da socialização e as reconstruções violentas e não violentas das masculinidades. (MOURA et.al., 2016). Nesse ínterim, pesquisas[10] como a do Pro-Mundo, de Moura et. al., (2016), realizada no Rio de Janeiro, evidenciou que a maioria dos homens e das mulheres entrevistadas no componente qualitativo de pesquisa viveu infâncias "militarizadas", ou seja, expostas diariamente a

[10] A Pesquisa Internacional sobre Homens e Equidade de Gênero (IMAGES) é um estudo que abrange vários países sobre as práticas e atitudes de homens relacionadas com normas de gênero, atitudes diante de políticas de igualdade de gênero e dinâmicas familiares e domésticas, incluindo o cuidado e o envolvimento dos homens enquanto pais, violência entre parceiros íntimos, diversidade sexual, saúde e questões econômicas, entre outros temas. O Promundo e o International Center for Research on Women (ICRW) desenvolveram a IMAGES, que foi aplicada, até hoje, em mais de 16 países. Estudos adicionais inspirados em IMAGES foram desenvolvidos com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse estudo é uma adaptação da pesquisa IMAGES focada em gênero, masculinidades e não violência em contexto de violência urbana No contexto dessa pesquisa intitulada como livro "Isso não é vida para você: masculinidades e não violência no Rio de janeiro- Brazil", *"foram aplicados 1.151 questionários domiciliares com mulheres e homens e adultos em duas áreas: "Sul", a zona da cidade do Rio de Janeiro onde as taxas de homicídio são mais reduzidas; e "Norte", a área Norte da cidade marcada pelas taxas de homicídio mais elevadas. A amostra foi desenhada tendo por base as áreas administrativas de segurança pública. Também foram realizadas 14 entrevistas com informantes-chave e 45 entrevistas aprofundadas de histórias de vida."* (MOURA et. al., 2016, página 17)

(cc) BY-NC-SA

armas de fogo e armamentos. Expostos à violência territorial armada, meninos e jovens reiteram as experiências vividas, em que masculinidades se posicionam sob a lógica da opressão sobre outros homens e mulheres.

No contexto português, reitera-se a promoção de formas de masculinidade não violentas desde a primeira infância, bem como leis de incentivo à paternidade, que ampliam os direitos à licença parental, em Portugal, vêm possibilitando a maior participação dos homens no cuidado com os filhos e na participação ativa com as responsabilidades domésticas, além da diminuição dos índices de violência doméstica (OLIVEIRA, 2010; 2014).

Essas intervenções buscam incluir iniciativas de programas e de políticas que rejeitam os homens como singularmente opostos à equidade de gênero e como incapazes de mudar. Em vez disso, elas reconhecem as realidades e as nuances da vida masculina, promovem e facilitam a participação dos homens no que toca aos cuidados e à prevenção de violência.

Todavia, um número crescente de avaliações dessas pesquisas (BARKER, 2014) confirma que homens e meninos podem mudar através de esforços coletivos. Tais esforços incluem educação grupal, divulgação comunitária, campanhas de mídia de massa e serviços sociais e de saúde que procuram envolvê-los, especialmente quando as intervenções promovem o questionamento das normas tradicionais relacionadas à masculinidade.

Conclusão

A fim de perceber distintas ações políticas que posicionam os homens como cerne no campo dos debates sociais, reiteramos a necessidade de estudos que possam aprofundar os efeitos provocados por distintas leituras sobre homens no campo das políticas de gênero e feministas. Pode-se, nesse caso, citar como exemplo o: perceber as interseccionalidades contidas na suposta "universalidade" homem e mulher, incluindo aspectos da cosubstancialidade, para os efeitos dessa materialidade imbricada entre gênero, raça e classe social.

Os estudos sobre masculinidades e movimentos de homens pela igualdade de gênero podem oportunizar que homens e mulheres se vejam como sujeitos compostos, posicionados em distintos privilégios e desigualdades sociais a partir de suas diferenças interseccionais. Tais temáticas, precisam ser permanentemente debatidas nos espaços de educação formal e através das redes sociais, como vetor da diminuição das violências (re)produzidas pelos

(cc) BY-NC-SA

homens nos ambientes domésticos e urbanos, principalmente em decorrência dos aspectos socio-culturais que favorecem as estatísticas que o Brasil tem ocupado em relação a ser o quinto país com maior registros em violência contra a mulher, o país que mais mata a população LGBT+ e o décimo país que mais extermina a população jovem, principalmente homens negros entre 18 e 24 anos (CERQUEIRA *et. al,* 2018),

Por fim, instituições internacionais de ensino e de pesquisa no campo das masculinidades e da violência, e os posteriores materiais de promoção e prevenção voltados à educação de jovens, produzem visibilidade sobre a importância de repensar o debate das masculinidades na inserção de práticas de equidade de gênero, de modo que as redes sociais podem ser vistas como formas de divulgação , apesar das suas limitações e do momento conservador que vivemos. Precisa-se ocupar os espaços, inclusive o das redes sociais, buscando barrar a quantidade de *fake news* com conteúdos que façam as pessoas repensarem os lugares que ocupam e que movimentos podem garantir suas existências.

Referências

ARAN, M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Cafajeste. Pagu , Campinas, n. 28, p. 129-147, junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 11 de fevereiro de 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100007.

BATISTA, F. E. A. Masculinidades, identidade e corporalidade na revista Mwn's Health. In.: Revista Diálogos (RevDia). Dossiê " Afinação em flores e frutos", v. 5, n. 2, Edição comemorativa. Caderno Artigos Livres, 2017.

BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cafajeste. Pagu , Campinas, n. 26, p. 329-376, junho de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento de Classificação de Risco nos Serviços de Urgência. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 52 p. : il. color. –(Série B. Textos Básicos de Saúde)

(cc) BY-NC-SA

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horionte: Autêntica Editora. 2001., p. 151-172.

CATRACA LIVRE. Pelo direito de broxar, falir e ser sensível, campanha pede que homens libertem-se do machismo. Rio de janeiro, *Redação Catraca Livre*, 8 de julho de 2014. Disponível: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/pelo-direito-de-broxar-falir-e-ser-sensivel-campanha-pede-que-homens-libertem-se-do-machismo/>.

CLÍMACO, D. Tráfico de mulheres, negócios de homens: leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e/ou o masculino (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis), 2009.

COHEN, Marina. Ação 'Homens, libertem-se' lança manifesto pelo direito de brochar, falir e chorar. Rio de Janeiro: *O Globo.* Entrevista em 13 de julho de 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/sociedade/acao-homens-libertem-se-lanca-manifesto-pelo-direitode-brochar-falir-chorar-13237298#ixzz3wwgPoT68. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

CILLINS, P. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment.* New York: Routledge, 2009.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.

CONNELL, R. W., MESSERSCHMIDT, J. W., & Fernandes, F. B. M. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, 241-282. 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos dadiscriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 2002, *10*(1), 17.

CERQUEIRA, D. C., LIMA, R. S. D., BUENO, S., Neme, C., FERREIRA, H., COELHO, D., & REIS, M. Atlas da violência 2018.

DALBEM, Giana Garcia, And MARGARITA Ana Rubin Unicovsky. (2012) "A natureza das lesões traumáticas ocasionadas pela violência física em pacientes atendidos em serviço de emergência de um hospital público." Enfermagem em Foco 3.2.

DESLANDES, S. F.. O atendimento às vítimas de violência na emergência: "prevenção numa hora dessas?". Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 81-94, 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231999000100007.

(cc) BY-NC-SA

FIGUEROA-PEREA, J. Algunas reflexiones sobre el estudio de los hombres desde el feminismo y desde los derechos humanos. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 21, n. 1, p. 371-393, Apr. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100019&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100019.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GLOBO. Ação 'Homens, libertem-se' lança manifesto pelo direito de brochar, falir e chorar. Entrevista por Cohen Marina, 2014. *Jornal o Globo*: Rio de Janeiro. Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/acao-homens-libertem-se-lanca-manifesto-pelo-direito-de-brochar-falir-chorar-13237298.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histór*ic*. *Ciência & Saúde Coletiva*, *10*(1), 47-57, 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo soc. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho de 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. acesso em 03 nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005.

HYPNESS. Eles também sofrem: projeto desafia homens a se libertarem das amarras do machismo *Redação Hypness*. Rio de Janeiro: Redação Hypness. (julho, 2014). Disponível em: http://www.hypeness.com.br/2014/07/homens-tambem-sofrem-projeto-desafia-os-a-libertarem-se-das-amarras-do-machismo.

hooks, bell Outlaw culture: resisting representations. New York: Routledge, 1994.

_____. Feminist theory from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

IZQUIERDO, María Jesús. (1994). "Uso y abuso del concepto de gênero". In: VILANOVA, Mercedes (Org.). Pensar las diferencias. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, p. 31-53.

KIMMEL, MS. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos 1998; 9:103-17, 1998.

MARQUES, Antonio Manuel. Estudos da masculinidade e teoria feminista. 2017.

OLIVEIRA, J. M (ORG). Géneros e sexualidades: interseções e tangentes, p. 39-53.
Matos, Maria Izilda Santos de. (2001). Por uma História das Sensibilidades: Em Foco: A Masculinidade. História Questões & Debates, Curitiba, v. 34, pp. 45-63. p. 47.

MEDEIROS, Patrícia Flores. Políticas da Vida: entre saúde e mulher. Tese Doutorado em psicologia na Faculdade de psicologia. Porto Alegre: PUCRS. 2008.

(cc) BY-NC-SA

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge, Azevedo, Mariana. Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde. Recife, Instituto PAPAI, 2009.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 16, n. 3, 2008, p.809-84. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104026X2008000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de Janeiro de 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2008.

MELLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Layla Collares; ALEXANDRE, Juliana Ribeiro. Homens, Saúde e Violência: Atendimentos Realizados no Instituto José Frota Em Fortaleza. Anais XV, Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia Social e Fronteiras de existência, 2008. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias , Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, junho de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso. acesso em 03 nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008.

MOURA, T., TAYLOR, A.Y.,SCABIO, J.L, BORDE, E., AFONSO, J.S., E BARKER, G. Isso aqui não é vida para você: masculinidades e não violência no Rio de Janeiro*, Brasil.* Resultados do Estudo Internacional sobre Homens e Igualdade de Gênero (IMAGES) com foco na violência urbana. Washington, DC e Rio de Janeiro, Brasil: Promundo, 2016.

ODRIOZOLA, Xabier. "El hombre, por su esencia patriarcal y machista, no puede aún consolidar un movimiento por la igualdad". Entrevista realizada por MUNOZ, Patrícia Burgo. Madri, El diario norte. Disponível em: http://www.eldiario.es/norte/euskadi/patriarcal-machista-consolidar-movimiento-igualdad_0_397561161.html. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a Masculinidade. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 91. ISSN 0104-026X. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036, 1998, Acesso em: 27 jul. 2016.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. Ex aequo, 2010, (22), 25-39.

OLIVEIRA, João Manuel de. A necropolítica e as sombras na teoria feminista. Ex aequo, (29), 2014, 69-82. Recuperado em 28 de setembro de 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0874556020140001000006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em:

PARRINI, Rodrigo. Existe La masculinidad? Sobre un dispositivo de saber/poder. México: Colégio de México, 2006. Disponível em: http://generomexico.colmex.mx/Parrini.jsp. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

(cc) BY-NC-SA

QUARTIERO, E. T; NARDI, H. C. . Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. Sexualidad, salud y sociedad (RIO DE JANEIRO), v. 11, p. 59-87, 2012.

RODRIGUES, Cristiano. "Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil", em Seminário Internacional Fazendo Gênero, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013. Anais. (setembro, 2013).

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de vendo questões de gênero e sexualidade. Estudos Feministas, 2011, *19*(2), 561-588.

SOUZA, M. F. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a (s) masculinidade (s). Mediações-Revista de Ciências Sociais, *14*(2), 2009, 123-144.

VIGOYA, M. V. Discriminación racial, intervención social y subjetividad. (2007). Reflexiones a partir de un estudio de caso en Bogotá. *Revista de Estudios Sociales/Journal of Social Studies*, (27), 106-121, 2007.

WAISELFISZ , José. Mapa da violência 2012. Os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari/Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Recebido em outubro de 2019.

Aprovado em dezembro de 2019.

(cc) BY-NC-SA